

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 08 de julho de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Agência Brasil | BR

Propriedade Intelectual

Líderes do Brics defendem desenvolvimento da IA em código aberto 3

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

STJ deve decidir extensão da patente do Ozempic por atraso na concessão 5
NINO GUIMARÃES

MSN Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Made in Brazil: Invenções que são brasileiras e quase ninguém sabia 8

Patentes

Laboratório de IA da Huawei nega acusações de que copiou rivais 10
BLOOMBERG NEWS

Teletime News | BR-SP

Direitos Autorais

Brics quer regulação para IA e big techs pagando por propriedade intelectual 11
DANILO PAULO

Correio Braziliense - Online | BR

08 de julho de 2025 | Patentes

Brasil é excluído de "vacina" contra HIV de baixo custo; entenda 13
BRASIL | DANANDRA ROCHA

O Globo Online | BR

Patentes

Laboratório de IA da Huawei nega acusações de que copiou rivais 15
ECONOMIA E NEGÓCIOS | O GLOBO

Monitor Mercantil Digital online | BR-RJ

08 de julho de 2025 | Marco regulatório | INPI

INPI e Casa da Moeda vão criar selo para aplicação em produtos 17

Líderes do Brics defendem desenvolvimento da IA em código aberto



Os líderes mundiais que participam da cúpula do Brics lançaram uma declaração conjunta defendendo o desenvolvimento da inteligência artificial em código aberto, com o compartilhamento mundial da tecnologia. Durante um encontro no Rio de Janeiro, o presidente Lula propôs, neste domingo (6), uma gestão da tecnologia que não permita que a inteligência artificial se torne um privilégio para poucos.



Rio de Janeiro (RJ), 06/07/2025 - O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, na sessão plenária

"Ao adotar a declaração sobre governança da inteligência artificial, o Brics envia uma mensagem clara e inequívoca. As novas tecnologias devem atuar dentro de um modelo de governança justo, inclusivo e equitativo. O desenvolvimento da inteligência artificial não pode se tornar privilégio de poucos países ou um instrumento de manipulação na mão de bilionários."

De acordo com a declaração oficial do bloco, a inteligência artificial é uma oportunidade para o desenvolvimento mundial. Para isso, ela deve atender às necessidades de todos os países, especialmente do Sul Global, e devem haver regulações nacionais da tecnologia.



Rio de Janeiro (RJ), 07/07/2025 - O presidente, Luiz Inácio Lula da Silva participa da fotografia de família dos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros, parceiros e de engajamento externo. Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Entre as diretrizes lançadas pelo bloco para o Desenvolvimento da Inteligência Artificial, no domínio não militar, está o papel da ONU na liderança de uma governança global, evitando fragmentação e garantindo a soberania digital de todos os países. Essa governança deve assegurar uma concorrência justa e o acesso equivalente aos dados e à tecnologia, para manter equilíbrio entre **propriedade** intelectual e interesse público; e inovação aberta, evitando novas barreiras tecnológicas para os países em desenvolvimento.

Na mensagem, os líderes do Brics também reforçaram que a inteligência artificial deve impulsionar o desenvolvimento sustentável, especialmente do meio ambiente, e garantir o tra-

Continuação: Líderes do Brics defendem desenvolvimento da IA em código aberto

balho decente, a proteção dos direitos humanos e a educação digitalmente inclusiva.

Outras diretrizes defendidas neste domingo foram os princípios éticos de inclusão, transparência e responsabilidade para combater o viés discriminatório, priorizar o interesse público e garantir a criação de informações verdadeiras.

A mensagem dos líderes finaliza ressaltando que a inteligência artificial geral deve ser desenvolvida com cautela e ética para evitar desigualdades. Para isso, o Brics se propõe estar à frente de uma governança global mais justa e inclusiva, que garanta a voz dos países em desenvolvimento.

STJ deve decidir extensão da patente do Ozempic por atraso na concessão



Com o fim da patente do Ozempic previsto para julho de 2026, a Novo Nordisk aciona o STJ em busca de extensão do prazo da exclusividade patentária após atraso do **INPI**

Após negativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a Novo Nordisk acionou no final de abril o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter decisão judicial e estender o direito da patente do Ozempic no Brasil em até 12 anos. Para a empresa dinamarquesa, houve uma demora na análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) que reduziu o tempo de exploração da exclusividade dos remédios em 13 anos. Em contrapartida, entidades de representação do setor de genéricos sustentam que a prorrogação da propriedade intelectual para além do prazo de 20 anos já foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, caso concedida, poderá encarecer os tratamentos à população.

Ao analisar o caso, o TRF-1 negou o pleito da farmacêutica, destacando a decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5529, que definiu a impossibilidade de extensão do prazo de 20 anos da exclusividade patentária. De acordo com a decisão, o prazo fixado pela Lei da Propriedade Industrial garante a exclusividade apenas no prazo de 20 anos, incluindo o tempo de análise da patente jun-

to ao **INPI**.

Com notícias da **Anvisa** e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Por sua vez, a Novo Nordisk defende que a jurisprudência do STF, apesar de fixar o prazo máximo de 20 anos, reafirmou a necessidade de um prazo razoável para a análise administrativa da tecnologia industrial. A empresa também destaca que a decisão do STF não leva em consideração as particularidades de cada patente e não proibiria um ajuste de prazo de vigência de patente nos casos de demora desproporcional e injustificada do **INPI**. A farmacêutica pontua que a fundamentação do acórdão reafirma a necessidade de um prazo razoável para a análise administrativa. Para a empresa, o ajuste no prazo da patente deve compensar os atrasos no tempo de aprovação e os prejuízos aos investimentos da empresa na tecnologia.

O que o Supremo definiu?

Em agosto de 2021, a maioria do plenário do STF definiu que o prazo de exploração da patente deve ser fixado em até 20 anos, independentemente do tempo de análise do **INPI**. Na ocasião, a Corte julgava a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da Lei 9.279/96, que permitia que "o prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o **INPI** estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior".

Por maioria, os ministros do STF entenderam que o texto afrontava a previsão constitucional que estabelece um limite temporal para a vigência das patentes. O ministro Dias Toffoli, relator do caso,

Continuação: STJ deve decidir extensão da patente do Ozempic por atraso na concessão

considerou que, ao buscar compensar possíveis atrasos na análise administrativa do **INPI**, o parágrafo único feria preceito constitucional ao possibilitar um prazo indefinido para a vigência da patente. "Quanto maior o prazo de exclusividade usufruído pelo titular da patente farmacêutica, mais será onerado o poder público e a sociedade, considerando-se a necessidade de aquisição de medicamentos em larga escala para a execução de políticas públicas em saúde", afirmou o relator.

O que diz a Novo Nordisk?

A Novo Nordisk ajuizou a ação pedindo a extensão da patente da semaglutida em aplicação (Ozempic®) e em comprimido (Rybelsus®) em dezembro de 2021, alegando que o tempo do processo de exame e concessão da exclusividade da patente durou mais da metade do tempo de exclusividade da tecnologia, 13 dos 20 anos previstos pela legislação.

"A lei de patentes brasileira prevê 20 anos de proteção de patente, que é o padrão global, mas a exclusividade surge apenas com a concessão da patente. Desta forma, quanto mais o **INPI** demora, mais próxima de sua expiração a patente é concedida. Destaque-se que dos 20 anos de exclusividade prescritos na lei, a Novo Nordisk usufruirá, de fato, de apenas 7 anos - considerando que o processo de exame e concessão da patente de semaglutida no Brasil levou 13 anos", declarou a farmacêutica.

Segundo a empresa, o tempo médio de análise da concessão gera uma imprevisibilidade quanto ao início das atividades comerciais das empresas, impactando negativamente a indústria de saúde e farmacêutica, que depende da proteção patentária para recompensar esforços e investimentos em inovação de novos produtos. A Novo Nordisk defende que a extensão do tempo de patente ajuda a compensar atrasos do **INPI** e cria maior segurança jurídica para as empresas que buscam desenvolver novos medicamentos no Brasil.

"O que empresas de inovação em saúde em geral, como a Novo Nordisk, e outros setores inovadores do país (como o de biotecnologia, o agronegócio e as telecomunicações) defendem é que o Brasil disponha de mecanismos sólidos de segurança jurídica, que permitam aos titulares de patentes usufruírem do seu direito de exploração exclusivo assegurado por lei, em sua eficácia plena, por prazo razoável, isto é, que não sejam penalizados pela demora excessiva e injustificada do **INPI** na análise e concessão formal das patentes", afirmou a empresa em posicionamento.

Decisão do TRF-1

Ao analisar a ação, a desembargadora federal Daniele Maranhão, relatora do caso, considerou que a interpretação do STF foi restritiva, no sentido de impedir a prorrogação do direito patentário para além dos 20 anos. Em seu voto, a relatora pontua que a decisão chegou a ser reafirmada pelo ministro Dias Toffoli na Reclamação Constitucional 53181, que cassou a decisão de um desembargador federal que restabelecia a patente até a apuração de demora injustificada do **INPI** em análise administrativa. A decisão do ministro considerou que a extensão do privilégio temporário da patente vai de encontro ao que foi estabelecido pelo STF na ADI 5529.

"A permanência do direito de explorar exclusivamente o invento por prazo superior ao previsto no caput do art. 40 acarreta a impossibilidade de outras concorrentes se utilizarem do invento, logo, permite que o inventor fixe o preço dos produtos de acordo com a sua conveniência, já que detém o direito de exclusividade quanto à exploração do produto; não propiciando a redução de preços pela competição de mercado, prejudicando o ganho de qualidade e, consequentemente, obstaculizando a acessibilidade dos produtos, principalmente para a classe mais necessitada", destacou.

Segundo a magistrada, embora não se possa prejudicar as empresas pela demora do **INPI**, a sociedade também não pode responder pelos

Continuação: STJ deve decidir extensão da patente do Ozempic por atraso na concessão

problemas estruturais do órgão, uma vez que o interesse privado em recuperar investimentos não pode se sobrepor ao interesse social de oferta de produtos a preços mais acessíveis.

"Em sendo assim, sob qualquer prisma que pudesse a pretensão vir calcada, tem-se que não há elementos suficientes para amparar o acolhimento dos pedidos de prorrogação, notadamente pela necessidade de se resguardar o direito à saúde, conforme delineamentos expostos", pontuou.

O que dizem as entidades do setor?

Na ação, algumas entidades da indústria de medicamentos genéricos figuram como *amicus curiae*. É o caso da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), que se posiciona contra a extensão do prazo das patentes da Novo Nordisk. Segundo o presidente da entidade, Andrey Vilas Boas de Freitas, a extensão do prazo da patente do Ozempic e do Rybelsus pode comprometer o investimento de empresas nacionais que pretendem explorar a tecnologia. "Não é possível imaginar que seja razoável uma proteção patentária que vá para além de 20 anos. Esse tipo de extensão artificial cria imprevisibilidade e prejudica

o ambiente de negócios no Brasil", afirmou.

Nesse mesmo sentido, o presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), que também atuou como *amicus curiae*, sustenta que uma possível extensão do prazo da patente compromete a segurança jurídica e posterga a entrada dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro, tornando os tratamentos menos acessíveis.

"O **INPI** tem demonstrado avanços consistentes na redução de prazos, com concessões em média entre 2 e 4 anos - compatíveis com os padrões internacionais. Questionar a atuação do órgão para justificar a prorrogação de patentes é uma estratégia que, além de desproporcional, transfere os custos da inovação para a sociedade. Cada ano adicional de exclusividade significa tratamentos mais caros e menor acesso, sobretudo para os que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS)", destacou.

A ação tramita no AResp 2909575 / DF sob a relatoria da ministra Maria Isabel Gallotti.

Made in Brazil: Invenções que são brasileiras e quase ninguém sabia

Muitas pessoas se surpreendem ao descobrir que algumas invenções usadas no dia a dia têm origem brasileira. Mesmo sem o devido reconhecimento internacional em alguns casos, o Brasil já contribuiu com inovações que impactaram áreas como medicina, comunicação, transporte e tecnologia. Confira a seguir 7 invenções que são brasileiras, mas pouca gente sabia!

Filtro de barro: Figurinha carimbada nas casas de muitas vovós e vovôs pelo Brasil, o filtro de barro é uma invenção brasileira baseada nas moringas indígenas. Reconhecido como um dos sistemas de filtração mais eficientes do mundo, sua popularização se deu no século 20, graças ao imigrante italiano Victor Lamparelli, que iniciou sua produção em 1920, em Jaboticabal (SP), com o filtro São João. Feito de barro e carvão, o equipamento ajudou a tornar a água mais segura para o consumo, especialmente em áreas urbanas.

Chuveiro elétrico: Criado em 1927 pelo brasileiro Francisco Canhos Navarro em Jaú (SP), o chuveiro elétrico revolucionou o modo de aquecer a água para o banho, substituindo a lenha e o gás. O sistema funciona por meio de uma resistência metálica que aquece a água ao entrar em contato com ela. Em 1950, a empresa Light - que hoje em dia fornece energia na cidade do RJ - iniciou a comercialização em larga escala, tornando o equipamento popular no Brasil e, posteriormente, no mundo.

Câmbio automático: Presente em grande parte dos carros atuais, o câmbio automático foi desenvolvido com sucesso pelos brasileiros José Braz Araripe e Fernando Lemos. Apesar de tentativas anteriores, como as dos irmãos Sturtevant (1902) e Munro Horner, só na década de 1930 a dupla brasileira desenvolveu um modelo eficiente. Araripe e Lemos patentearam o invento em 1932, e, posteriormente, a General Motors comprou

o projeto, implementando-o na linha Oldsmobile em 1940.

Antídoto para venenos de cobra: O médico brasileiro Vital Brasil revolucionou o tratamento contra picadas de cobra ao descobrir que cada veneno exige um soro específico. Após observar a alta mortalidade por picadas de cobras no interior de São Paulo, ele iniciou estudos com base na soroterapia do francês Léon Calmette e percebeu que os soros genéricos eram ineficazes contra venenos como os da cascavel e jararaca. Assim, Vital desenvolveu o soro anticrotálico (para cascavel) e o antibotrópico (para jararaca), estabelecendo a base da soroterapia específica, salvando inúmeras vidas e transformando o tratamento antiofídico no mundo.

Bina: Está certo que essa é uma função que hoje em dia já não faz mais tanto sentido, mas o bina (ou identificador de chamadas) foi muito importante no auge da telefonia fixa. O identificador foi criado pelo mineiro Nélcio José Nicolai, que recebeu a patente do INPI em 1997.

Apesar do sucesso, a autoria da invenção é disputada judicialmente por outros dois brasileiros: João da Cunha Doya e Carlam Bezerra Salles. O aparelho permitiu, pela primeira vez, que as pessoas vissem quem havia ligado antes de atender. Nicolai faleceu em 2017 sem resolver totalmente a disputa, mas sua invenção já havia se popularizado.

Escorredor de arroz: Na década de 1950, a cirurgiã-dentista Therezinha Beatriz Alves de Andrade Zorowich inventou um utensílio prático que eliminava a necessidade de usar dois potes (um para lavar e outro para escorrer). Cozinheira nas horas vagas, ela criou o item com a ajuda do marido. Após patentear a invenção, o escorredor começou a ser fabricado em larga escala e rapidamente se popularizou nas cozinhas brasileiras.

Urna eletrônica: Usada no Brasil desde 1996, a urna eletrônica é uma invenção nacional de-

Continuação: Made in Brazil: Invenções que são brasileiras e quase ninguém sabia

envolvida sob a liderança de Carlos Prudêncio. A ideia de mecanizar a coleta de votos já estava prevista no Código Eleitoral de 1932, mas só foi concretizada na década de 1990 com a ajuda de pesquisadores do Inpe e do Centro Técnico Aeroespacial (C-

TA). Atualmente, cerca de 46 países adotam sistemas similares, segundo o Instituto Internacional IDEA, consolidando a urna eletrônica como uma inovação brasileira reconhecida mundialmente.

Laboratório de IA da Huawei nega acusações de que copiou rivais

(Bloomberg) -- O laboratório de pesquisa de IA da Huawei Technologies, conhecido por sua discrição, refutou acusações de que se baseou em modelos de rivais para desenvolver a plataforma Pangu. Com isso, a empresa adota uma medida incomum de rebater as alegações sobre os esforços em inteligência artificial.

O Pangu Pro MoE é o primeiro modelo do mundo deste tipo a ser treinado com chips Ascend - a resposta da Huawei aos aceleradores de IA da Nvidia - afirmou o **laboratório** em um post no WeChat no fim de semana. Embora a empresa tenha utilizado código-fonte aberto - como é "prática comum" - a Huawei disse que respeitava a propriedade intelectual e seguia rigorosamente os termos de licenciamento. A declaração segue acusações publicadas na plataforma de codificação Github de que o código-fonte da Pangu continha material não-creditado de concorrentes importantes.

A resposta da Huawei é rara para uma empresa considerada um símbolo dos esforços da China para se distanciar da tecnologia estrangeira, em áreas que vão de smartphones a semicondutores. Em serviços de IA, no entanto, rivais como a DeepSeek e o Alibaba Group têm atraído a atenção de investidores e executivos do setor.

"Cumprimos rigorosamente os requisitos de licenças de código aberto e marcamos claramente as declarações de **direitos** autorais nos arquivos de código relevantes", afirmou no post o Noah's Ark, **laboratório** de pesquisa da Huawei. "Acolhemos e

aguardamos com expectativa discussões aprofundadas e profissionais sobre detalhes técnicos com todos na comunidade de código aberto."

Um representante da Huawei não comentou além do comunicado do Noah's Ark.

Fundado em 2012 para liderar pesquisas em tecnologias avançadas na Huawei, o Noah's Ark agora se concentra principalmente em IA de ponta e áreas como mineração de dados. Os escritórios do Noah's Ark abrangem de Shenzhen a Hong Kong e Londres.

As acusações giram em torno do modelo Pangu Pro MoE (Mixture of Experts). A empresa publicou o código-fonte na semana passada. Isso, por sua vez, impulsionou a criação de um grupo no GitHub chamado "HonestAGI", que passou a debater as origens do projeto. O post foi deletado dias depois.

Contudo, no domingo, outro post apareceu na mesma plataforma. Intitulado "Pangu's Sorrow" (A Tristeza de Pangu), o autor anônimo retomou as alegações e também entrou em detalhes sobre como a equipe sofreu imensa pressão para entregar resultados, mas ficou atrás dos rivais.

--Com a colaboração de Newley Purnell, Luz Ding, Jessica Sui e Vlad Savov.

More stories like this are available on bloomberg.com

©2025 Bloomberg L.P.

Brics quer regulação para IA e big techs pagando por propriedade intelectual



Líderes do Brics destacaram a necessidade de proteger os **direitos** autorais no uso de conteúdos por sistemas de IA, como os modelos generativos desenvolvidos por grandes empresas de tecnologia - as chamadas big techs

Chefes de Estado e de Governo de países do BRICS no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

As nações do Brics defenderam nesse domingo, 6, uma governança internacional da inteligência artificial (IA), com foco em soberania. A ideia central é que os países imponham regras claras para o uso responsável da tecnologia por empresas, especialmente no ambiente digital.

As posições estão em dois documentos divulgados pelo grupo: a Declaração Final dos Líderes do Brics e a Declaração sobre Governança Global da Inteligência Artificial. No documento geral do encontro, os líderes do Brics destacaram a necessidade de proteger os **direitos** autorais no uso de conteúdos por sistemas de IA, como os modelos generativos desenvolvidos por grandes empresas de tecnologia - as chamadas big techs.

Colaboração no Brics

Segundo o texto, é preciso "colaborar na promoção do respeito aos direitos de propriedade intelectual utilizados no ambiente digital, inclusive para fins de

treinamento das IAs, bem como na remuneração justa aos titulares de direitos, respeitando as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento".

Os países também reconheceram que o uso massivo de dados culturais e tradicionais por sistemas de IA pode gerar riscos. Essa preocupação tem a ver com a possibilidade de que essas ferramentas gerem distorções e apropriações indevidas, bem como "deturpação de conhecimento, patrimônio e valores culturais que são insuficientemente representados em conjuntos de dados e modelos de IA".

RegulaçãoNo mesmo dia, também saiu a Declaração sobre Governança Global da Inteligência Artificial. Esse documento detalha os pontos sobre regulação, defendendo uma atuação coordenada das Nações Unidas. Os países afirmaram que "a governança global da IA deve mitigar riscos potenciais e atender às necessidades de todos os países, especialmente os do Sul Global".

Em linhas gerais, os países do Brics querem evitar a fragmentação regulatória. Para alcançar isso, destacou a carta, seria preciso reforçar o papel dos organismos internacionais. "O desenvolvimento de padrões, especificações e protocolos técnicos para sistemas de IA deve envolver o setor público, organizações de desenvolvimento de padrões e agências especializadas da ONU", seguiu a carta.

"É necessária uma abordagem equilibrada para proteger a propriedade intelectual e salvaguardar o interesse público", disse o texto. O objetivo seria "evitar a extração abusiva de dados e a violação da

Continuação: Brics quer regulação para IA e big techs pagando por propriedade intelectual

privacidade, permitindo mecanismos de remuneração justa". O material também destacou que os países do bloco uscarão adotar posição comum e proativa para promover um ambiente digital equitativo para todos.

Brasil é excluído de "vacina" contra HIV de baixo custo; entenda

BRASIL



Considerado uma das maiores descobertas científicas dos últimos anos, o Lenacapavir, injetável com eficácia de 95% na prevenção do vírus causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), deve ficar de fora da lista de remédios distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O preço é o principal fator da exclusão, pois os pesquisadores estimam que cada paciente poderia custar para os cofres públicos algo entre US\$ 25.395 e 44.918 (cerca de R\$ 153 mil e 271 mil).

Aplicado apenas duas vezes ao ano, o antiviral demonstrou uma eficácia de quase 100% - o que é considerado o melhor resultado já obtido para uma vacina na prevenção do vírus causador da doença. A Gilead Sciences, farmacêutica responsável pelo desenvolvimento, firmou acordos com seis laboratórios internacionais para que o medicamento seja disponibilizado de forma acessível em 120 países que estão no quadro de extrema pobreza.

Classificado como país de renda média, o Brasil foi excluído mesmo tendo participado dos estudos clínicos que comprovaram a eficácia do medicamento. O valor para obter o Lenacapavir é considerado "inviável" pelo Ministério da Saúde.

O novo remédio pertence a uma nova classe de an-

tirretrovirais (inibidores de capsídeo) e bloqueia a estrutura fundamental para que o vírus se multiplique no organismo. Ele é administrado por injeção subcutânea a cada seis meses. Inicialmente, foi aprovado para pessoas com o vírus resistente a múltiplos medicamentos, mas os testes como profilaxia pré-exposição (PrEP), ou seja, prevenção, mostraram resultados muito eficazes.

Para a infectologista Ana Beatrix Ferreira Caixeta, pesquisadora do Hospital de Clínica da Universidade Federal de Goiás (UFG), as duas injeções administradas apenas duas vezes por ano têm potencial para maior adesão por parte dos pacientes. "É muito necessário que o Lenacapavir esteja acessível a nível de saúde pública, não somente no Brasil, mas para o resto do mundo", defende.

Pela saúde

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG) reclama de uma nação considerada de renda média, como o Brasil, ter ficado de fora da negociação para obter o Lenacapavir. Ela cita que o país participou de parte dos estudos clínicos do fármaco e que, agora, há o risco de ficar sem acesso ao próprio medicamento que ajudou a validar. "Fomos excluídos desse acordo. Isso não faz sentido. Somos o único país no top 10 de países com o maior número de casos de HIV", argumenta.

A parlamentar afirmou que tem articulado com movimentos sociais e o governo federal, e até com empresa fabricante. Ela considera que o país precisa se preparar para usar todos os mecanismos legais disponíveis. Se as negociações não avançarem, a **quebra** de patente - prevista na Lei de Propriedade Industrial - deve ser considerada, segundo ela. "O lucro não pode estar acima do direito à vida", defende.

Para Duda Salabert, a pressão da sociedade civil será

Continuação: Brasil é excluído de "vacina" contra HIV de baixo custo; entenda

decisiva. "Foi a mobilização social que garantiu a distribuição gratuita dos antirretrovirais nos anos 1990", apontou. "Com a força da mobilização social, podemos garantir mais essa vitória para o país, caminhando em direção ao fim das infecções por ", completou.

Por meio de nota, o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) informou que acompanha atentamente as discussões em torno do licenciamento do Lenacapavir, mas ressaltou que as

decisões estratégicas sobre o caso são de responsabilidade do Ministério da .

Ao Correio, a disse que acompanha com atenção os avanços tecnológicos de novos s e reconhece a importância do Lenacapavir. No entanto, destacou que o ainda não possui registro para prevenção na **Anvisa**: condição básica para sua análise de incorporação ao .

Laboratório de IA da Huawei nega acusações de que copiou rivais

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Movimento é considerado um gesto raro da gigante chinesa de telecomunicações e tecnologia, cujo laboratório se dedica a superar concorrentes internacionais na fronteira tecnológica

O laboratório de pesquisa de inteligência artificial (IA) da Huawei Technologies, conhecido por sua discrição, refutou acusações de que se baseou em modelos de rivais para desenvolver a plataforma Pangu.

Com isso, a empresa adota uma medida incomum de rebater as alegações sobre os seus esforços em inteligência artificial na atual corrida tecnológica global.

O Pangu Pro MoE é o primeiro modelo do mundo deste tipo a ser treinado com chips Ascend - a resposta da Huawei aos aceleradores de IA da Nvidia - afirmou o laboratório em um post no WeChat no fim de semana.

Embora a empresa tenha utilizado código-fonte aberto - como é "prática comum" - a Huawei disse que respeitava a propriedade intelectual e seguia rigorosamente os termos de licenciamento. A declaração segue acusações publicadas na plataforma de codificação Github de que o código-fonte da Pangu continha material não-creditado de concorrentes importantes.

Movimento raro A resposta da Huawei é rara para uma empresa considerada um símbolo dos esforços da China para se distanciar da tecnologia estrangeira, em áreas que vão de smartphones a semicondutores. Em serviços de IA, no entanto, rivais como a Deep-Seek e o Alibaba Group têm atraído a atenção de investidores e executivos do setor.

"Cumprimos rigorosamente os requisitos de licenças de código aberto e marcamos claramente as declarações de **direitos** autorais nos arquivos de código relevantes", afirmou no post o Noah's Ark, **laboratório** de pesquisa da Huawei. "Acolhemos e aguardamos com expectativa discussões aprofundadas e profissionais sobre detalhes técnicos com todos na comunidade de código aberto."

Um representante da Huawei não comentou além do comunicado do Noah's Ark.

Fundado em 2012 para liderar pesquisas em tecnologias avançadas na Huawei, o Noah's Ark agora se concentra principalmente em IA de ponta e áreas como mineração de dados. Os escritórios do Noah's Ark abrangem de Shenzhen a Hong Kong e Londres.

As acusações giram em torno do modelo Pangu Pro MoE (Mixture of Experts). A empresa publicou o código-fonte na semana passada. Isso, por sua vez, impulsionou a criação de um grupo no GitHub chamado "HonestAGI", que passou a debater as origens do projeto. O post foi deletado dias depois.

Contudo, no domingo, outro post apareceu na mesma plataforma. Intitulado "Pangu's Sorrow" (A Tristeza

Continuação: Laboratório de IA da Huawei nega acusações de que copiou rivais

de Pangu), o autor anônimo retomou as alegações e também entrou em detalhes sobre como a equipe sofreu imensa pressão para entregar resultados, mas ficou atrás dos rivais.

INPI e Casa da Moeda vão criar selo para aplicação em produtos



Para ampliar a proteção dos ativos de **propriedade** intelectual (PI), o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) firmou protocolo de intenções com a Casa da Moeda visando o combate à pirataria e a disseminação da cultura de PI.

O objetivo é criar selos para aplicação em produtos e serviços com marcas e **indicações** geográficas, fornecendo maior segurança para produtores e consumidores. O uso do selo também irá facilitar a identificação de produtos falsos. O **INPI** acredita na expertise da Casa da Moeda em documentos seguros,

A PI refere-se aos direitos exclusivos concedidos sobre criações da mente, como invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e modelos, entre outros. Ela abrange tanto a propriedade industrial, que inclui patentes, marcas e desenhos industriais, quanto o **direito** autoral, que protege obras literárias e artísticas. A PI visa incentivar a inovação e a criatividade, garantindo ao titular da criação o direito de explorar economicamente sua obra por um determinado período.

O passo seguinte será a celebração de acordo de cooperação técnica entre o **INPI** e a Casa da Moeda, que irá detalhar o plano de trabalho e os prazos das entregas.

Espaço Publicitário

O acordo prevê ações de repressão a fraudes nos setores da indústria, além de estratégias de prevenção, com foco na proteção de pequenos produtores e empreendedores.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 17

Marco regulatório | INPI
5, 8, 17

Patentes
8, 10, 13, 15

Direitos Autorais
10, 11, 15, 17

Denominação de Origem
17